

ATA DA 104ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2014  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ROMILDO TITON

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Jailson Lima - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Renato Hinnig - Reno Caramori - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Muito obrigado, sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha aqui na Assembleia, também pela TVAL, pela Rádio Alesc Digital.

Tenho, hoje, vários assuntos anotados para falarmos. Eu vejo que o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro poderia ter mudado uma celeuma que o Brasil inteiro está falando, que é a condenação daquela agente de trânsito, que parou numa blitz da Lei Seca um cidadão.

Todo motorista é motorista, seja ele deputado, seja ele operário, seja ele qualquer pessoa que esteja no volante. E a agente de trânsito parou aquele condutor que não tinha os documentos do veículo, não tinha a Carteira de Habilitação. Então, o veículo foi apreendido, e ele tentou dar,

como se diz, um carteiraço, e a agente de trânsito disse que ele era igual a todos e que ele não era Deus aqui. Mas infelizmente ela acabou sendo condenada por abalos morais. Um absurdo!

O Tribunal, atendendo a esse recurso, poderia ter resolvido essa questão, mas manteve a decisão da condenação, o que qualquer cidadão com o mínimo de entendimento reconhece que é um absurdo.

Se queremos um país melhor no trânsito, melhor no cumprimento das leis, com respeito, temos que dar o exemplo.

Então, foi um mau exemplo daquele cidadão, daquele ocupante do cargo de juiz de Direito e do Tribunal mantendo essa condenação, o que é um absurdo.

Houve pelas redes sociais uma arrecadação, pois a condenação são R\$ 5 mil. E a arrecadação pelas redes sociais já tinha alcançado R\$ 27 mil. Então, vemos que a própria sociedade entende que é injusto e não quer deixar aquela agente de trânsito pagar.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Deputado Maurício Eskudlark, quero parabenizá-lo por trazer esse assunto à tribuna da nossa Assembleia. Faço coro ao seu pronunciamento, dizendo que como policiais, no caso, eu praça da Polícia Militar e v.exa. delegado da Polícia Civil, sabemos muito bem o que significa isso no trabalho e no cotidiano do serviço de segurança pública, quando em determinadas circunstâncias alguém tenta fugir à legislação, alguém tenta ser mais do que os outros.

Um dos nossos princípios constitucionais vigentes no nosso país e em toda democracia é que todos são iguais perante a lei. E é um absurdo que algumas autoridades, às vezes, neste caso um juiz, pretenda ser diferente dos outros, arrogando-se à possibilidade de conduzir um veículo automotor, um carro, sem documentação e ele próprio sem a habilitação e ainda assim se sentir ofendido.

Ele se sentiu ofendido ao invés de a sociedade se ofender e de ele se sentir envergonhado pela sua postura, pela sua atitude. Ele se sentiu ofendido porque a agente de trânsito apenas disse que ele não era Deus. E o mais incrível, como v.exa. registra, é o fato de que outros juizes, inclusive o Tribunal, aceitaram a versão dele, a ofensa que ele em tese teria sofrido como real, como efetivo. A impressão que dá é que de fato foi uma ofensa de afirmar que ele não era Deus. Acaso o é? Aí passamos a ficar em dúvida, porque ali, no calor do momento, uma atitude emocionada, ou não tanto racionalizada, da pessoa, do ser humano, do juiz que estava lá, até é compreensível. Mas outros juizes manter a punição e uma condenação à agente de trânsito, porque tinha dito para um juiz que ele não era Deus? A impressão que fica é que de fato, pelo menos, boa parte deles pensa que é.

Para instituímos uma República efetivamente neste país precisamos que nenhuma autoridade se sinta Deus, que os humanos sejam apenas humanos, que as autoridades sejam apenas autoridades e em primeiro lugar sejam as cumpridoras da lei.

Parabéns por ter trazido esse assunto.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares. Nós sabemos que a formação dos policiais é para tratar com respeito o cidadão.

Então, agora, deputado, quando abordarem um cidadão, em vez de pedir os documentos, perguntem, primeiro, por favor, se é parlamentar, se é juiz. Acho que tem que ser assim, diante do que aconteceu com essa agente e trânsito.

Somos todos iguais, mesmo ocupando qualquer cargo, qualquer função, e temos que ser tratados com igualdade perante a lei.

Senhores deputados, recebi a presença do Conseg dos Ingleses e toda sua liderança.

O Conseg é o Conselho de Segurança do município, do bairro, da comunidade, que foi incentivado pelo governo a ser criado. Foram criados mais de 370 Consegs em Santa Catarina, para uma forma de diálogo com o cidadão, fazendo uma reunião mensal na comunidade, com a

participação dos representantes da segurança pública, da prefeitura municipal, da Polícia Civil, da Polícia Militar, para resolverem os problemas de segurança.

Muitas vezes o problema de segurança não é um problema só da existência da criminalidade. Temos casos de que uma praça mal iluminada, uma rua mal iluminada, propicia a reunião muitas vezes de pessoas que possam praticar atos criminosos, uso de drogas. E se melhorarem a iluminação pública de uma determinada rua, de uma determinada praça, com certeza ali não haverá a presença de marginais.

Mas vejo que os Consegs estão um pouco esquecidos. E é importante que eles sejam reaquecidos, reanimados a participarem, para que a sociedade dê a sua cota de participação, as suas informações, para a melhora da segurança pública.

Sempre defendemos a polícia comunitária, com a presença dos mesmos policiais fazendo a ronda nos mesmos bairros, com o objetivo de uma integração entre segurança pública e cidadão. Não podemos fazer dois desconhecidos se encontrarem ali. Temos que criar um clima de conhecimento, de respeito e de participação para a população.

Vejo que o novo comandante da Polícia Militar, coronel Cabral, melhorou muito isso, colocou policiais nas ruas, nos bairros, na comunidade. Então, há esse diálogo, há essa inteiração. E isso melhora muito a segurança pública.

O Conseg e as lideranças dos Ingleses solicitaram a instalação da Delegacia da Mulher, no norte da Ilha. O atendimento especializado à mulher é importante. E as Delegacias da Mulher contam com uma estrutura de psicólogos, de assistentes sociais.

Vi na propaganda eleitoral presidencial a presidente falando na criação da Casa da Mulher, que é uma casa de apoio, porque, muitas vezes, a mulher vítima de agressão não tem para onde ir. É agredida em casa, vai fazer o registro na Delegacia e depois tem que voltar para a sua casa e para a convivência onde foi agredida. Então, vejo que esse atendimento especializado à mulher deve ser olhado com carinho.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Esta Presidência agradece a presença dos alunos e também dos professores da Escola de Ensino Básico Paulo Blasi, da cidade de Campos Novos, Santa Catarina.

Os alunos que estão aqui são alunos da 2ª Série do Ensino Médio Inovadores.

Sejam bem-vindos a esta Casa e que a presença de vocês possa ser de grande valia às suas vidas. E tomara que alguns de vocês, daqui a um futuro muito breve, possam também ocupar estas cadeiras.

Muito obrigado aos professores e aos alunos da Escola Paulo Blasi, da cidade de Campos Novos, Santa Catarina.

Com a palavra o deputado Silvio Dreveck, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito obrigado, sr. presidente.

O meu primeiro assunto trata de mais uma realização, em São Bento do Sul, da Feistock, que está sendo realizada há dez anos, sendo esta a 21ª edição, com muito sucesso, deputado Reno Caramori.

Houve uma organização de entidades empresariais, entre associações empresariais, sindicatos, CDLs dos municípios de São Bento do Sul, Campo Alegre, Rio Negrinho, Mafra e outros que aderiram a esse evento que está mais uma vez acontecendo em São Bento do Sul, no pavilhão da PromoSul. E a organizadora é a TBS-Feiras&Eventos.

Portanto, numa época difícil, o setor moveleiro daquela região organizou, então, a primeira feira para atender a lojistas e também ao consumidor direto. Iniciou, cresceu, tanto é que hoje ela está oportunizando a venda para as empresas, dando uma oportunidade aos lojistas, àqueles que adquirem seus produtos por um preço muito compatível com a realidade, uma vez que os descontos são extraordinários em determinados produtos, chegando até 70%, principalmente no setor moveleiro. Mas também é multissetorial, portanto, há outros produtos nessa feira.

Ela se consolidou de tal maneira que existe hoje uma clientela se repetindo e ampliando. Além de gerar oportunidade para as empresas, para os lojistas, quem está conseguindo ter um ganho maior é o próprio consumidor final, porque tem um preço mais compatível com a nossa realidade de mercado. Ao mesmo tempo, fortalece este evento o próprio turismo de negócio, uma vez que quem está agregando ou quem está ganhando, em outras palavras, são os próprios hotéis, os restaurantes, postos de gasolina e assim por diante. Portanto, é um evento que temos que destacar, que está somando muito para a nossa região.

Quero parabenizar todas as entidades, a TBS que é a organizadora, todos os fornecedores, os clientes e, acima de tudo, os que estão lá prestigiando, que vêm de vários estados.

Sr. presidente, lendo na grande mídia destaque para jornais de grande circulação e também na televisão, chamou-me muito atenção uma matéria que está circulando sobre a situação do governo federal, no que diz respeito à falta de cumprimento da meta fiscal, ou seja, da Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto ao cumprimento do déficit.

Quando essa lei foi criada, na oportunidade eu era prefeito em São Bento do Sul, deputado Reno Caramori. Ela veio exatamente para não permitir que as prefeituras, os estados e a própria união desrespeitassem o limite para gasto com pessoal, custeio, enfim, para que o gasto no final do exercício não fosse maior do que a receita. E aqueles municípios que não cumprirem essas metas serão penalizados junto ao Tribunal de Contas, perante a própria lei, por outras instituições, pela própria Câmara de Vereadores, que é fiscalizadora.

Essa lei está valendo apenas para os municípios e para os estados? E o que está acontecendo com o governo federal? Eis que o Brasil está com R\$ 43 bilhões de déficit no ano 2013.

Essa lei foi aprovada pelo Congresso Nacional, para resolver em parte o grande problema do

Brasil, que sempre foi gastar mais do que arrecada. E gastando mais do que arrecada é evidente que existe uma dívida interna crescente. Mas do que adianta fazer a lei, deputado Antônio Aguiar, se ela não é respeitada?

Como vamos aceitar, como vamos defender uma lei federal que não é respeitada pelo próprio governo? Então, é uma lei que só vale para os pequenos, para os municípios, para os prefeitos, para os estados? A lei tem que ser respeitada inicialmente, para dar exemplo, onde foi criada, que é o governo federal.

Isso nos remete a uma situação que quem vai pagar a conta é a própria população brasileira. Mais que isso, perdemos espaços junto às instituições internacionais que avaliam a nossa posição no *ranking* financeiro de controle de gastos, portanto, podemos ter pontuações e vamos perdendo espaço, credibilidade, junto ao sistema financeiro internacional, o que é ruim para o Brasil.

Diante disso, o governo tem que tomar medidas urgentes, concretas, de reestabelecer o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, porque se começar a usar artifícios para justificar os gastos, alterando a própria lei, de nada adiantou todos esses anos os esforços que foram assumidos por todos que administraram prefeituras, estados, se o maior exemplo que deve vir de cima não está sendo cumprido e respeitado.

É importante que o Congresso Nacional esteja atento para não alterar essa legislação apenas pelo descumprimento da lei pelo atual governo, que poderá comprometer futuramente outros governos, o próprio Brasil e a população brasileira.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Silvio Dreveck.

Com a palavra o deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, em exercício, deputado Kennedy Nunes, srs. deputados, sras. deputadas, comunidade

catarinense, ontem, usei esta tribuna para alertar sobre o câncer de próstata, portanto, homens acima de 50 anos se cuidem e, mais um recado, façam os exames e cuidem da sua saúde. Hoje, quero me ater sobre outro problema relacionado à saúde, que se comemora amanhã, que é a doença diabetes.

(Passa a ler.)

"A maioria das cidades catarinenses desenvolve essa semana atividades de esclarecimento à população sobre a prevenção ao diabetes e sobre os cuidados necessários que as pessoas acometidas por essa doença precisam ter. O diabetes atinge 6% da população feminina e mais de 5% da população masculina.

Nessa sexta-feira, dia Mundial do Diabetes, concentram-se ações realizadas por organizações da sociedade civil, nos municípios, em nosso estado, inclusive com o apoio do ministério da Saúde.

O Dia Mundial do Diabetes foi criado em 1991, pela Federação Internacional do Diabetes, em parceria com a Organização Mundial da Saúde, como uma resposta ao crescente número de casos em todo mundo.

O objetivo dessa data é chamar atenção no que diz respeito ao acesso à prevenção e tratamento adequado, a fim de evitar complicações, melhorando a qualidade de vida e reduzindo o impacto sobre os indivíduos, famílias e custos para os sistemas de saúde e para a sociedade em geral.

A data de 14 de novembro foi escolhida devido ao nascimento de Frederick Banting, que junto com Charles Best, foi o cientista que descobriu a insulina, em 1921. O símbolo do Dia Mundial do Diabetes é um círculo azul, já que, em muitas culturas, o círculo simboliza a vida e a saúde. A cor azul representa o céu que une todas as nações e simboliza a comunidade internacional do diabetes.

O foco das campanhas está na necessidade de educação sobre diabetes e o incentivo às ações de prevenção. No entanto, também é necessária a conscientização quanto à prevenção, tratamento e melhora da qualidade de vida dos diabéticos.

Diabetes *Mellitus* é uma doença do metabolismo da glicose, causada pela falta ou má absorção da insulina, hormônio produzido pelo pâncreas, cuja função é quebrar as moléculas de glicose para transformá-las em energia, a fim de que seja aproveitada por todas as células. A ausência total ou parcial desse hormônio interfere não só na queima do açúcar como na sua transformação em outras substâncias, ou seja, em proteínas, músculos e gordura.

Não se trata de doença única, mas de um conjunto de doenças com uma característica em comum: aumento da concentração de glicose no sangue, provocada por diferentes situações.

Diabetes tipo um é aquela em que o pâncreas produz pouca ou nenhuma insulina e sua instalação ocorre mais na infância e adolescência, fazendo com que a pessoa necessite de aplicação de injeções diárias de insulina.

Diabetes tipo dois tem por característica a resistência das células à ação da insulina. A incidência da doença, em geral, acomete as pessoas depois dos 40 anos de idade.

Diabetes gestacional ocorre durante a gravidez e, na maior parte dos casos, é provocada pelo aumento excessivo de peso da mãe.

E temos a diabetes associada a outras patologias como as pancreatites alcoólicas, uso de certos medicamentos, entre outras causas.

Entre os fatores de risco do diabetes estão a obesidade, inclusive a obesidade infantil, os fatores hereditários, ou seja, maior cuidado para quem tem histórico da doença em família, a falta de atividade física regular, a hipertensão, os elevados níveis de colesterol e triglicérides, o uso de alguns medicamentos, como os à base de cortisona, o estresse emocional e a idade acima dos 40 anos, para o diabetes tipo dois.

O tratamento do diabetes exige, por isso, além do acompanhamento médico especializado, cuidados de uma equipe multidisciplinar. Envolve dieta alimentar, que deve ser observada criteriosamente, com cardápio adequado para cada caso e recomenda um programa regular de exercícios físicos que irá

ajudar a controlar o nível de açúcar no sangue, que deve ser colocado como prioridade na rotina de vida.

Exige a decisão de não fumar, pois o fumo provoca o estreitamento das artérias e veias, como a diabetes compromete a circulação nos pequenos vasos sanguíneos (retina e rins) e nos grandes vasos (coração e cérebro) fumar pode acelerar o processo e o aparecimento de complicações.

O controle da pressão arterial e dos níveis de colesterol e triglicérides deve ser feito com regularidade.

Os medicamentos à base de cortisona aumentam os níveis de glicose no sangue, razão pela qual as pessoas não devem se automedicar.

O diagnóstico precoce é o primeiro passo para o sucesso do tratamento. Ninguém deve minimizar sintomas da doença e sim procurar logo um serviço de saúde se está urinando demais e sentindo muita sede e muita fome.

O diabetes não pode ser dissociado de outras doenças glandulares. Além da obesidade, outros distúrbios metabólicos como o excesso de cortisona, do hormônio do crescimento ou maior produção de adrenalina pelas suprarrenais podem estar associados ao diabetes.

O tipo um é também chamado de insulín-dependente, porque exige o uso de insulina por via injetável para suprir o organismo desse hormônio que deixou de ser produzido pelo pâncreas. A suspensão da medicação pode provocar a cetoacidose diabética, distúrbio metabólico que pode colocar a vida em risco.

O tipo dois não depende da aplicação de insulina e pode ser controlado por medicamentos ministrados por via oral. A doença descompensada pode levar ao coma hiperosmolar, uma complicação grave que pode ser fatal.

Dieta alimentar equilibrada é fundamental para o controle do diabetes. A orientação de uma nutricionista e o acompanhamento de psicólogos e psiquiatras podem ajudar muito a reduzir o peso e, como consequência, cria a possibilidade de usar doses menores dos remédios.

Atividade física é de extrema importância para reduzir o nível da glicose nos dois tipos de diabetes.

Entre os sintomas da doença podemos identificar alguns como a poliúria - a pessoa urina demais e como isso desidrata, sente muita sede; aumento do apetite; alterações visuais; impotência sexual, infecções fúngicas na pele e nas unhas; feridas, especialmente nos membros inferiores, que demoram a cicatrizar; neuropatias diabéticas provocadas pelo comprometimento das terminações nervosas; distúrbios cardíacos e renais.

Para encerrar, reforço que a diabetes é uma doença silenciosa e devemos cuidar monitorando nossa saúde com testes como a aferição da pressão arterial, teste de hemoglobina glicada e até mesmo o de glicemia capilar.

Prevenir é sempre uma decisão inteligente. Temos que cuidar bem da saúde, para preservar a qualidade de vida.

O tema da campanha da Semana do Diabetes é exatamente Vida Sustentável e Diabetes."

A todos que acompanham esta sessão, desejo muita saúde.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado Antônio Aguiar, que falou sobre um assunto tão importante como o dia de hoje, que é o dia para nós combatermos a doença do diabetes.

Antes de dar a palavra ao próximo orador inscrito, quero fazer o registro da presença, neste Poder, dos alunos do 5º ano do ensino fundamental da Escola Básica Francisco de Araújo, da cidade de Brusque.

Sejam bem-vindos a esta Casa, galera boa do futuro, pois quando olhamos para vocês podemos esperar um futuro melhor. E agradeço à professora Suzete, que é a responsável por esta galerinha que nos está visitando hoje.

Sejam todos bem-vindos!

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente. Quero cumprimentar v.exa. e os demais deputados, sras. deputadas, pessoas que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, especialmente jovens estudantes, visitantes deste Parlamento, na manhã de hoje.

Eu queria fazer uma pequena reflexão acerca do debate trazido a esta tribuna pelo deputado Maurício Eskudlark sobre o episódio da agente de trânsito do Rio de Janeiro que informou para o juiz que ele deveria ter documento de habilitação e documentos do carro e que ele não deu para não precisar ter esses documentos e ela foi condenada, processada e recebeu uma pena em virtude desta expressão, que por certo o juiz considerou deselegante da parte da agente de trânsito sair com essa expressão para cima dele.

Mas queria manifestar este fato absurdo e traçar paralelos também da nossa conduta. É evidente que ninguém traz o assunto para cá e busca apresentar esse assunto como se estivéssemos acima do bem e do mal. Não é isso. Não quer dizer que não cometemos erros no trânsito ou que nunca tenhamos cometido erros no trânsito.

É evidente e é improvável que uma pessoa não tenha cometido nenhum erro dirigindo um veículo, deputado Maurício Eskudlark, mas a postura posterior é que define. Eu também já levei multas de trânsito, mas eu as pago. Ao contrário de tentar usar o fato de ser policial eu de ser deputado para me livrar de pagar a multa, fico muito em silêncio justamente para que não saibam que quem cometeu aquela irregularidade de trânsito foi um policial, um deputado.

Eu fiz apenas um recurso de trânsito relativo à multa de trânsito até hoje, e isso foi antes de ser deputado. Eu já era policial e levei a minha primeira multa da minha vida em Joinville, na sua cidade, deputado Kennedy Nunes, naquela sinaleira onde fica a região militar e o Hotel Germânia, num domingo de manhã, naquele silêncio das cidades

grandes, com muito poucos veículos circulando e quase nenhuma pessoa. A sinaleira estava aberta e eu passei, só que na outra faixa uma senhora que estava indo ou voltando da missa também estava passando porque não havia quase ninguém na rua e não imaginava que iria passar um carro, mas passou, que era o meu. O sinal estava aberto, mas eu parei porque estava passando justamente uma senhora em cima da faixa para o lado direito, onde eu iria virar, para onde iria me conduzir. Nesse ínterim, até que essa senhora passou, a sinaleira fechou e eu fui multado. Mas fiz o recurso por conta disso, porque achei que a multa era injusta que eu havia parado justamente por medida de cautela, de defesa de outra pessoa. Eu parei e quando entrei o semáforo ainda esta verde, estava aberto, portanto.

Perdi esse recurso e parei de me preocupar com isso. Até menos tempo, e já era deputado, recebi uma multa saindo do viaduto Antonieta de Barros, em direção ao aeroporto. Estava a 88Km por hora. Eu estava acostumado a dirigir carro velho e com esses carros novos da Assembleia, se nós não cuidarmos, eles vão sozinho e passam da velocidade. Mas a velocidade naquele local marca 80Km e eu estava a 88Km por hora e por isso fui multado. Aí o colega me perguntou por que não voltou e falou com eles. Eram policiais militares da Polícia Rodoviária estadual. Eu disse que não iria falar porque eu estava errado e não vou me colocar ao constrangimento nem colocar os meus companheiros de trabalho ao constrangimento se cometi de fato a infração, e paguei a multa.

Mas paguei sem dizer nada, justamente por assimilar que estava errado, e esta é uma necessidade de todo o cidadão, de todo o ser humano, seja ele autoridade ou não, reconhecer o erro e agir conforme determina a lei. Este é o procedimento que se espera, pelo menos na minha avaliação, de todas as pessoas que são flagradas cometendo qualquer transgressão saindo de qualquer regra, inclusive das de trânsito, que ela reconheça o erro e imediatamente busque corrigi-

lo. Isso é o que se espera, para isso que existe a legislação e a fiscalização.

Essa postura que precisa ser tomada e não se comportar como o dono da lei, o senhor do bem e do mal, que pode ficar isento de certas responsabilidades, as quais os cidadãos, a maioria da população não está isenta e também não deve estar isenta porque senão não teremos sociedade organizada, não teremos estado, não precisaremos de nenhuma das instituições do estado se não for para que as regras, as leis, o conjunto jurídico estabelecido seja respeitado.

As pessoas nos procuram como se o deputado fosse tirar a multa. Falam de que a multa é muito pesada, que a multa é grande. Eu já dei resposta do tipo "Queres que eu ajude? Vamos fazer uma vaquinha para ajudar você a pagar a multa, mas não vou ligar para ninguém buscando mudar um fato que você mesmo reconhece que errou. Se não errou faz o recurso, e aí tem as instâncias. E se errou, tem que pagar a multa, não tem jeito. Então, o negócio é reunir dez amigos para ajudar a pagar a multa." Daí a pessoa ficou constrangida e foi embora. Mas esse tipo de sentimento existe na cultura popular, infelizmente, ou seja, de pessoas ligarem, até usarem o nome dizendo que é amigo do deputado Soares, e a maioria dos policiais são meus amigos.

Então, é constrangedor. E quando acontece isso eu digo que não tem absolutamente ninguém da minha parte, não importa quem seja, que esteja autorizado a dar carteiraço, pelo contrário, se agir assim, faça com rigor o necessário, procure o rigor e procure todos os aspectos da lei, porque não é isso que a gente diz para ninguém, não é esse o comportamento que a gente acha que seja o adequado.

Nós defendemos uma sociedade de direito, onde o direito seja igual para todos. Precisamos ter mais direitos na sociedade, especialmente para os setores populares e as classes trabalhadoras, mas existem as regras que estão estabelecidas, e elas precisam ser cumpridas em todos os sentidos.

Falando em multa de trânsito e regra de trânsito, existem operações da Polícia Federal

aqui por Santa Catarina que estão olhando isso também.

Existe a legislação e as regras, existem as formas e os mecanismos. Por que cada semáforo tem que multar? O semáforo virou autoridade neste país? Uma máquina, um sensor, virou autoridade de trânsito neste país? E não estou dizendo que não cumpre com a sua função em casos específicos. Mas a pergunta que fica, em virtude das operações da Polícia Federal, aqui e acolá, e dizem que isso está bem espalhado, existe também interesse em arrecadação e, além da arrecadação, indústria da multa, existem outros interesses ainda mais escusos para o país?

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Nobre deputado, ouvindo v.exa., lembrei-me que um dos deputados desta Casa foi acordado, pela madrugada. Era um cabo eleitoral pedindo para que ele falasse com o tenente da *blitz*, porque ele teria sido pego sem carteira de motorista. E daí esse deputado que faz parte desta Casa, ao atender ao telefone disse: "Deixe-me falar com o tenente aí". O cabo eleitoral passou o telefone para o tenente, e o deputado disse: "Tenente, cumpra a lei e prenda o camarada".

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao Partido dos Trabalhadores.

Com a palavra a deputada Ana Paula Lima, por até 11 minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente. Muito bom-dia aos srs. deputados, às sras. deputadas, a quem nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Digital.

Também ocupo este horário destinado ao meu partido, o Partido dos Trabalhadores, para fazer realmente algumas considerações na questão da segurança pública. Antes, porém, não posso deixar de registrar nesta Casa, sr. presidente, a visita de crianças da minha cidade de Blumenau, que se

fazem presentes neste plenário, eis que vieram visitar esta Casa de leis. Mas tenho certeza de que também, num grupo de estudos, visitarão outros locais da capital do estado de Santa Catarina.

Sejam todos bem-vindos.

O meu tema como já falava, sr. presidente, é sobre segurança pública. E ouvi atentamente o deputado Maurício Eskudlark e o deputado Sargento Amauri Soares abordarem a questão daquela agente de trânsito, na cidade do Rio de Janeiro, onde aquele juiz quer burlar a lei e ainda deu voz de prisão para uma agente de trânsito que estava exercendo o seu papel. É um absurdo!

Nós como legisladores e o Judiciário como executor das leis temos que dar um bom exemplo à nossa comunidade e cumprir a lei. A lei tem que ser cumprida, não importa quem seja. Tanto as pessoas mais simples quanto as que têm a responsabilidade de executar as leis têm que cumprir a lei.

É lamentável que isso tenha acontecido. E deve acontecer muito, infelizmente.

Queremos cobrar dos outros, então, temos que dar, sempre, o bom exemplo. E o tema segurança pública é uma constante nesta Casa. Inclusive, até a semana que vem teremos uma reunião da comissão de Segurança Pública. E vamos trazer o depoimento de uma pessoa que também vem aqui pedir auxílio a esta Casa de Leis, à comissão, a qual ouviremos atentamente.

No nosso estado temos sequestros relâmpagos, assassinatos. Isso faz parte diariamente das páginas dos jornais, dos noticiários de rádio e televisão, e a população cobra mais atenção do Executivo, do governo do estado de Santa Catarina, cobra mais ações permanentes, pois quer mais segurança. Estamos vivendo um estado de insegurança. Estamos vivendo prisioneiros dentro das nossas residências. E isso tem que mudar, com algumas práticas e algumas políticas.

Por isso, quero hoje me ater a um dos programas federais que têm tudo a ver com a segurança pública, mas também tem a ver diretamente com a saúde e a paz social, porque

almejamos garantir a segurança das crianças, das nossas famílias.

Estão aqui alunos e professores da Escola Básica Vidal Ramos, de Blumenau, do 5º ano. E segurança pública é um tema que eles debatem e cobram de nós, parlamentares, prefeitos, governadores, vereadores.

Esse programa ao qual me refiro contemplou Blumenau no dia 10 de novembro.

(Passa a ler.)

“Foi lançado no ano de 2011 o Programa Crack é Possível Vencer, que é um conjunto de propostas financiadas pelo governo federal para enfrentar o crack e outras drogas no âmbito do nosso país, em todos os estados e municípios, com um investimento inicial na ordem quatro bilhões.

O programa é executado com articulação dos estados, municípios, além da participação da sociedade civil, porque não adianta nenhum programa somente para uma parcela, não só para o governo federal, não só para o estado, não só para o município, pois a sociedade civil tem que fazer parte também dessa discussão.

A iniciativa tem como objetivo aumentar a oferta de tratamento de saúde e de atenção aos usuários de drogas, enfrentar o tráfico e as organizações criminosas e ampliar as atividades de prevenção. Ele é coordenado pelo ministério da Justiça. E suas ações contam com a participação dos ministérios da Saúde e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, além da Casa Civil e da secretaria de Direitos Humanos.

O Programa Crack é Possível Vencer está sendo considerado um marco no enfrentamento desse mal que afeta um grande número de famílias brasileiras. Quem está nas nossas penitenciárias e nos nossos presídios é uma maioria de jovens, 80%. São jovens e são usuários e traficantes de drogas. Os pequenos, porque os grandes a Polícia não pega.

A abrangência desse programa está baseada em três pilares. Primeiramente o cuidado, segundo a prevenção e terceiro a autoridade.

O pilar de prevenção está estruturado em três bases: escola, comunidade e comunicação com a população.

O Programa de Prevenção ao Uso de Drogas na Escola tem a proposta de capacitar 210 mil educadores e 3.300 policiais militares do Programa Educacional de Resistência às Drogas (Proerd), para a prevenção do uso de drogas em 42 mil escolas públicas do todo país.

Já o programa de prevenção na comunidade prevê capacitação de milhares de líderes comunitários, como aquela mãe, aquele pai, aquele presidente da associação de moradores, aquele líder da igreja. Haverá também a realização de campanhas específicas para informar, orientar e prevenir a população sobre o uso do crack e de outras drogas. Inclusive, foi criado o serviço de atendimento telefônico gratuito de orientação e informação sobre drogas, Vivavoz (132), para facilitar o acesso do cidadão. Além disso, o portal Enfrentando o Crack reúne as informações sobre o tema que todos tememos, todos receamos, mas temos que enfrentar.

A formação de profissionais nas áreas de saúde, assistência social e segurança, através de instituições de ensino superior, é outra ação em curso. Esta é a prevenção.

O segundo pilar desse programa é o cuidado que se dá na área da Saúde. O programa prevê a estruturação da rede de cuidados Conte Com a Gente, que auxilia os dependentes químicos e seus familiares na superação do vício e na reinserção social. Todo momento tem uma mãe desesperada na nossa frente, querendo saber onde pode internar o filho, a filha, porque infelizmente está usando drogas.

Então, esse programa também prevê o cuidado que vão ter nos hospitais, consultórios, recursos para internação do dependente químico.

O dependente químico se torna outra pessoa quando faz uso da droga. A família quer um local para desintoxicação, um local para tratamento, que não existia em Santa Catarina, mas com esses recursos do governo federal temos condições de

atender a esse dependente químico na desintoxicação e tratamento, para que possa retornar à sociedade. Esse é o cuidado, o cuidado com a família e o cuidado com o indivíduo.

Também temos outro pilar, que é a autoridade, que são ações de inteligência e investigação para identificar e prender os traficantes, bem como desarticular organizações criminosas que atuam no tráfico de drogas ilícitas, que é o grande mal da sociedade.

Aquele que leva na porta da escola, aquele que leva na porta de casa, aquele que pega as crianças e os adolescentes, as pessoas mais fragilizadas, num determinado ponto da sua vida, que se viciam. Quem experimenta uma vez pode ficar viciado na primeira vez, por isso o cuidado com a criança é importante, para que ela não se vicie, para que possa ter uma vida feliz e digna e ser um adulto melhor.

O programa prevê o policiamento ostensivo e de proximidade nas áreas de concentração de uso de drogas, onde serão instaladas câmeras de videomonitoramento fixo. Os recursos federais são repassados aos estados por meio de convênios. O objetivo é prestar atendimento a pessoas que trabalham, residem ou circulam no local. Além disso, Blumenau foi beneficiado com carros que vão fazer o policiamento, e, pasmem, senhores, não está identificado na essência deste programa o pacto entre o governo federal, o estado e o município.

Eu só lamento que no município de Blumenau os veículos entregues no último dia dez estavam com a marca, deputado Valdir Cobalchini, do governo do estado, do governo do município e da prefeitura municipal de Blumenau, mas quem pagou isso foi o governo federal. E o governo federal não tem essas marcas.

Então, é bom, deputado Neodi Saretta, nosso líder, dizer que os recursos que vêm para o estado de Santa Catarina são recursos federais. E neste programa Crack Nem Pensar são recursos federais. E no município de Blumenau esses carros foram entregues sem a logomarca também dessa parceria do

governo federal, do governo do estado e do município.

Pergunto por que não dar crédito quando eles são de direito. Esse é um programa federal em parceria, então, tem que ter também as identificações de todos os parceiros, o governo federal, o governo estadual e o governo municipal.

Tenho certeza de que com este programa, se for executado de uma forma onde haja a responsabilidade de todos os entes, vamos vencer o problema do crack no estado de Santa Catarina."

Muito obrigada, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao Partido Progressista.

Com a palavra o sr. deputado Reno Caramori, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, usaremos o horário do nosso partido, o Partido Progressista, para prestar homenagem a um órgão de comunicação que tanto respeitamos, porque o conhecemos bem, que é o Correio Lageano, do município de Lages.

(Passa a ler.)

"Hoje o *Correio Lageano* completa 75 anos de história.

Com mais de 16 mil edições o *Correio Lageano* registra a história da serra catarinense. São centenas de milhares de páginas que se confundem com acontecimentos marcantes, catástrofes, acidentes, perdas, mas principalmente vitórias e conquistas determinantes para o crescimento socioeconômico da região.

Essa relação histórica do *Correio Lageano* com a serra catarinense é incontestável. Basta ler os textos e observar as imagens editadas em suas páginas para relembrar fatos marcantes, situações que contribuíram para modificar o cotidiano de quem vive em Lages, na região, no estado e até no país.

Quando se lê as páginas do *Correio Lageano*, ou acessa o conteúdo na *internet*, o leitor é contemplado com mais que simplesmente notícias. Está lendo o segundo jornal diário mais antigo em circulação e um dos principais jornais regionais de Santa Catarina. São matérias embasadas na solidez e credibilidade conquistadas ao logo de sete décadas.

Por mais polêmicos que sejam, os assuntos são tratados com seriedade, pesquisados e investigados à exaustão, para que o leitor tenha em mãos informações concisas e imparciais, em quantidade suficiente para formar sua opinião. São matérias que elogiam, mas que também denunciam, cobram soluções para problemas sociais e de infraestrutura necessária ao desenvolvimento socioeconômico da serra catarinense. O nosso trabalho não se perde com o tempo, está registrado com vários matizes em nossas páginas.

Como nasceu o *Correio Lageano*? Num cenário nacional e mundial conturbado e de muitas mudanças, sob a ditadura de Vargas e com a Europa vivendo os primeiros lances da II Guerra Mundial. Lages era o centro político catarinense, graças principalmente às ações da família Ramos. Então, três amigos decidiram lançar um jornal. Assim, Almiro Lustosa Teixeira de Freitas, Idalécio Arruda e João Ribas Ramos adquiriram o maquinário pertencente ao antigo Correio de Lages. E, em 21 de outubro de 1939, nascia o *Correio Lageano*.

Durante 12 anos o *Correio Lageano* circulou semanalmente, quando em 1951, quatro idealistas assumiram o compromisso de oferecer ao público um veículo 'independente e noticioso'. José Paschoal Baggio, Evilásio Neri Caon, Edézio Neri Caon e Sirth de Aquino Nicolelli definiram nesse mesmo ano uma nova missão: O *Correio Lageano*, enquanto estiver sob nossa orientação, será um órgão livre, independente, sem subordinação a organizações de qualquer espécie. (...)"

Naquela época os partidos políticos tentavam sempre monopolizar os meios de comunicação.

(Continua lendo.)

“Endereçamo-nos sempre aos anseios do povo, quer das classes produtoras, quer das classes trabalhadoras, humildes e de todas as categorias profissionais.

Em 1955, o *Correio Lageano* passou a ter duas edições por semana, um grande marco para a imprensa local, pois até então todos os jornais que circulavam em Lages apresentavam edições semanais. Onze anos após a inovação promovida pela equipe chefiada por José Paschoal Baggio, o jornal passou a ser distribuído três vezes por semana. Este foi o ensaio para um desafio ainda maior: tornar o *Correio Lageano* um jornal com circulação diária, o que aconteceu em 08 de outubro de 1967.

O *Correio Lageano* sempre defendeu os interesses da serra catarinense. Esse comprometimento é maior quando o ramo de atuação é a comunicação. E sabemos que o *Correio Lageano* sempre defendeu em suas matérias e editorias os interesses comuns da população da serra catarinense. Destaque para dois assuntos considerados nossas bandeiras: primeiramente, o aeroporto que estava sendo construído em Lages, mas que não havia uma progressão no seu desenvolvimento.

Portanto, o *Correio Lageano* teve um papel importantíssimo para a construção e oficialização do aeroporto de Lages. Hoje, temos outro aeroporto, o de Correia Pinto, mas o atual aeroporto de Lages continua operando, inclusive com melhorias que foram feitas, deputado Valdir Cobalchini, talvez, pela secretaria Regional de Lages, com autorização do governo do estado, através da secretaria de Infraestrutura.

Posteriormente, quanto à BR-282, uma batalha de décadas, tivemos a oportunidade de acompanhar a briga do *Correio Lageano* por essa rodovia, até porque a empresa a que pertencio fazia a linha numa estrada de chão com percurso terrível, perigoso pelas curvas e pela situação das estradas. E o *Correio Lageano* teve um papel primordial na insistência junto aos órgãos estaduais e federais para que a BR-282 fosse concluída. Felizmente vimos a conclusão da BR-282, deputado presidente,

quando na época o então governador Wilson Kleinübing, numa negociação com o governo federal, concluiu a BR-282 no trecho que ainda faltava.

Portanto, temos orgulho de aqui registrar que hoje o *Correio Lageano*, possui as seguintes características:

Razão social: Baggio Editora Jornalística Ltda.; Periodicidade: diário; Fundador: José Paschoal Baggio; Diretor(a): Isabel C. Baggio; Fundação: 21 de outubro de 1939; Sede: Lages, SC.

Esse é o registro e meus cumprimentos aos lageanos que têm orgulho deste órgão de comunicação da qualidade do *Correio Lageano*."

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado Reno Caramori.

Esta Presidência gostaria de lembrar que hoje, às 20h, na cidade de Lages, haverá uma sessão solene para comemorar os 75 anos do *Correio Lageano*.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, queria fazer um registro muito pessoal e fraterno, pois temos em nosso plenário a visita do meu professor Zulmar Martins, da 6ª série, da Escola Estadual Rosa Torres de Miranda.

Eu me lembro, falava com ele, de que a memória mais antiga que tenho de política foi justamente com ele, quando houve a votação Dante de Oliveira. Acompanhamos através do radinho da escola, e ele chorava com a derrota da emenda. Tenho certeza, professor, de que grande parte do que sou se deve ao seu trabalho, ao que o senhor é e ao que o senhor nos ensinou.

Estou fazendo o registro da presença do professor Zulmar Martins.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, seja bem-vindo a esta Casa.

Ainda dentro do horário reservados aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, aproveitando o horário do partido também gostaria de registrar, pois tenho passado quase que diariamente na área da Santur, em Balneário Camboriú, onde o governo fez todas as correções, deputada Dirce Heiderscheidt, para a construção do Centro de Eventos de Balneário Camboriú. É um pleito daquela comunidade que se arrasta há vários governos, e o governador Raimundo Colombo determinou ações para que efetivamente aquela obra venha a acontecer.

É uma obra que terá 17 mil metros de área coberta na primeira etapa. Isso tem investimento na ordem de R\$ 70 milhões do governo federal, do governo do estado e também do governo municipal que deve investir mais de R\$ 10 milhões em obras de contorno, de infraestrutura.

Então, é uma obra importante para o turismo de Balneário Camboriú, para o turismo catarinense. A cidade tem uma capacidade hoteleira muito grande, mas infelizmente, deputado Reno Caramori, não tem um centro de eventos à altura do município. Temos grandes centros de eventos de hotéis para reuniões, para convenções, mas não temos um centro de eventos do município, do estado, da população, para que possa ser utilizado. O parque da Santur, até um tempo atrás, era um grande local para eventos, mas não do tamanho, da proporção que Balneário Camboriú precisa e merece.

Então, passo ali e vejo que a primeira etapa foi a demolição daquela estrutura existia da Santur, e logo teremos o início das obras do centro de eventos.

Conversava esta semana com o vereador Pedro Francez, falando também de segurança pública, e os Consegs de Balneário Camboriú estão pedindo uma audiência com o secretário César Augusto Grubba, da Segurança Pública, pois com a aproximação do verão há uma preocupação local de saber o que está

sendo planejado, preparado, em termos de segurança pública para a temporada e, claro, que a segurança pública está ali já durante o ano se preparando para os grandes eventos, para as festas de outubro e também para a Operação Veraneio. Assim, as entidades, os Consegs, o FCDL, enfim, todas elas querem transmitir aos seus associados que realmente há essa preocupação do estado,

Então, sempre participamos, debatemos com o amigo Tigrão, no canal 100, pois ele é quem dá a divulgação, faz o debate e transmite as informações à população, assim como as outras emissoras e canais de rádio e de televisão. Mas temos duas prioridades importantes, como eu disse: a construção do centro de eventos de Balneário Camboriú e a preocupação sempre com a segurança, com o reforço, com as operações especiais da Operação Veraneio.

Então, esse era o nosso registro. E quero dizer que o governo do estado tem, sim, investido muito em segurança pública. O governador Raimundo Colombo tem dado as condições para que a Segurança faça a sua parte e que dê aos catarinenses uma segurança de acordo com o que o cidadão merece.

Sr. presidente, vou encerrar porque o deputado Valdir Cobalchini tem boas notícias também em termos de infraestrutura no estado de Santa Catarina; então, vamos ouvi-lo.

Obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Valdir Cobalchini, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLBACHINI - Sr. presidente, deputado Kennedy Nunes, sra. deputada Dirce Heiderscheidt, srs. deputados, senhores e senhoras que nos acompanham pela TVAL, que nos ouvem pela Rádio Digital, deputado Maurício Eskudlark, amigo, deputado por toda Santa

Catarina, mas que tem uma identidade muito forte com o nosso oeste e extremo oeste do nosso estado.

Como secretário que fui de Infraestrutura, iniciamos um relacionamento com o governo federal, no sentido de que aquelas rodovias cujos traçados eram de rodovias federais, parte federal, parte estadual... Porque na omissão do governo federal o estado acabou pavimentando alguns trechos. Refiro-me à BR-163, de Dionísio Cerqueira a São Miguel d'Oeste. De São Miguel d'Oeste a Itapiranga a BR-163 é estadual. No entanto o traçado é o mesmo. E o estado pavimentou esses quase 70 quilômetros em virtude da omissão do governo federal, assim como em relação a outros trechos, por exemplo, da BR-280, presidente Kennedy Nunes, de Canoinhas a Porto União, quando o estado pavimentou um traçado federal. Mas especialmente nessas duas conduzimos todo o processo de federalização. E o primeiro trecho de Canoinhas a Porto União, ainda no ano passado, concluímos, e este ano o estado transferiu o patrimônio, federalizando então esse trecho, garantindo também já a inclusão no orçamento deste ano para a revitalização da rodovia.

Quero aqui registrar as boas parcerias do DNIT, reclamada pela deputada Ana Paula Lima. E quero ser justo. O DNIT, através de todos os seus diretores, tem sido muito atencioso em relação a esses pleitos do governo do estado. E a revitalização da BR-280, entre Canoinhas e Porto União, já se encontra praticamente concluída, faltando apenas a ampliação da rodovia, cujo projeto foi doado pela secretaria de Infraestrutura, prevendo a construção de terceiras faixas, de intercessões, de alargamento dos acostamentos, enfim, obedecendo ao padrão de uma rodovia federal.

Eu quero comemorar aqui a portaria publicada pelo ministro Paulo Sérgio Passos, que federaliza a BR-163. É uma conquista de todo o extremo oeste de Santa Catarina, uma rodovia que liga o norte com o sul do Brasil, prevendo inclusive a construção de uma ponte sobre o Rio Uruguai, em Itapiranga, unindo assim com o estado do Rio

Grande do Sul. Esse processo já caminha para a sua conclusão. E a secretaria de Infraestrutura, através do Deinfra, promoverá o inventário do patrimônio dessa rodovia, para transferir, então, esse patrimônio ao governo federal, através do DNIT. E a partir daí o DNIT assume e inclui entre essa malha viária como integrante da malha viária federal. Inclusive com o projeto de restauração e de ampliação de capacidade dessa rodovia, que foi executado pela secretaria de Infraestrutura.

Quero aqui reconhecer o esforço de todos, inclusive de todos os partidos que em muitas oportunidades ou estiveram na secretaria de Infraestrutura, ou estiveram aqui na superintendência do DNIT, ou mesmo em Brasília, contatando o ministro dos Transportes. O que faz com que finalmente caminhemos para a sua conclusão.

Assim sendo, queremos reconhecer a importância de todos aqueles que se mobilizaram no sentido de que esse trecho também tenha, a exemplo do que vem recebendo a BR-163, de São Miguel a Dionísio Cerqueira, as melhorias que se exigem, até porque é uma rodovia com muitas curvas, com o acostamento reduzido e condição do pavimento insatisfatória.

Por isso, quero aqui me integrar à bancada oestina, no sentido de nos mobilizarmos para a inclusão no orçamento da União, já para 2015, dos recursos para revitalizar, para ampliar a rodovia e também para a construção da ponte sobre o Rio Uruguai, unindo Santa Catarina com o Rio Grande do Sul. Parece-me ser uma providência, e esta Casa tem que se esforçar para garantir os recursos no orçamento de 2015.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Ouço v.exa., pois sei também da sua luta em favor da federalização dessa rodovia, pelos inúmeros contatos que já tivemos ainda quando secretário de Infraestrutura. E sei que mesmo a partir daí v.exa. tem mantido muitos contatos aqui no DNIT e em Brasília.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Quero parabenizar v.exa. pelo empenho na concretização desse projeto que é muito importante para a região. Nós tivemos, esta semana, uma audiência da Ameosc, presidida pelo prefeito Sergio Theisen, de São João do Oeste, pronunciando-se também sobre aquela questão da ponte internacional da BR-282, que encurta o caminho à Foz do Iguaçu. E o turismo argentino vai entrar em grande parte pelo município de Paraíso e não por Dionísio Cerqueira. E pelo empenho agora de nos incorporarmos para que rapidamente o Deinfra possa fazer esse inventário e a passagem dessas informações ao DNIT, para que efetivamente seja recebido e o governo federal faça os projetos para a recuperação da malha viária e também esse projeto tão importante, que é o da ponte em Itapiranga, ligando o Rio Grande do Sul a Santa Catarina.

Na reunião foi falado no interesse por questões até de segurança, sobre o qual até a Polícia Rodoviária Federal tem parecer favorável da federalização do trajeto Itapiranga, Mondaí e Palmitos, Chapecó até Concórdia inclusive, no sentido de que aquela rodovia passasse para o governo federal. Como a maior parte dos nossos tributos acabam indo para o governo federal, é mais justo que ele, que tem as condições, venha a fazer esses investimentos. E agora vejo que, cada vez mais, o empenho de v.exa. é importante para a concretização desse objetivo.

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Penso que na próxima semana poderíamos ter uma reunião no Deinfra e secretaria da Infraestrutura, no sentido de apressarmos esse inventário. É uma comissão que deve ser constituída por portaria do próprio ministro, entre o estado e o governo federal, ou seja, a secretaria da Infraestrutura e o DNIT farão o inventário para que se comece, então, os trabalhos e ao final a passagem de todo esse patrimônio ao governo federal.

Quero também fazer referência à BR-283, quando também como secretário da Infraestrutura nós formalizamos o pedido de federalização da BR-283 a partir de Concórdia, lá na BR-153 até Itapiranga,

parte dela já pavimentada, de Concórdia até Mondai, faltando apenas a pavimentação de Mondai a Itapiranga. E como v.exa. fez referência, o governo federal, obviamente, através do ministério dos Transportes e do DNIT, dispõe de muito mais recursos do que o estado de Santa Catarina, até mesmo em relação à manutenção da malha viária.

Estamos fazendo um projeto de revitalização e de ampliação de todo o trecho, a partir de Concórdia até a BR-158, lá em Palmitos. Esse projeto foi contratado pelo governo do estado. E o pleito da federalização, parece-me, que agora está com uma sinalização positiva do governo federal, do DNIT. E nas oportunidades em que eu lá estive parece-me que também a bancada do oeste e do meio-oeste passam a integrar-se no sentido dessa mobilização visando a melhoria da infraestrutura de uma região que produz muito, mas que infelizmente tem uma malha viária muito aquém daquilo que se exige de uma região que produz cerca de 40% do PIB da agroindústria de Santa Catarina.

Em função da nossa geografia, a malha viária apresenta muitas curvas, e como não há acostamentos, ocorrem muitos acidentes, com pessoas perdendo suas vidas. Há um tráfego intenso de caminhões pesados que diariamente transitam nessas rodovias.

Por isso se faz muito importante esses investimentos. O governo do estado não tem condições de fazer, então é importante que façamos essa mobilização junto ao governo federal.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário ao Projeto de Lei n. 0007/2014.

A comissão de Turismo e Meio Ambiente apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0405/2014.

A comissão de Prevenção e Combate às Drogas apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s 0577/2014, 0632/2014, 0633/2014 e 0653/2014.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0019/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0076/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0238/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0287/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovada.

A Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s 0450/2014, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0415/2014, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares e 0452/2014, de autoria do deputado Antônio Aguiar, conforme determina o art. 206, do Regimetro Interno.

Comunica, igualmente, que defere de plano os Requerimentos n.s 0824/2014, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0825/2014, 0826/2014 e 0827/2014, de autoria do deputado Carlos Chiodini.

Moção de autoria da deputada Ana Paula Lima a ser enviada ao governador do estado, ao secretário

de Educação e ao procurador geral de Justiça do Ministério Públicos Estadual, apelando pela liberação de recursos financeiros para as obras de reforma e reconstrução da Escola Erwin Radke, no município de Blumenau.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de informação n. 0061/2014, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações referentes ao fechamento da Escola de Ensino Médio Alberto Bauer, na cidade de Jaraguá do Sul.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação n. 0062/2014, de autoria do deputado Neodi Saretta, a ser enviado ao governador do estado e ao secretário de estado da Agricultura e Pesca, solicitando informações referentes ao prazo de conclusão das obras de construção das 184 cisternas de 500 mil litros previstas pelo Pacto Santa Catarina, bem como o motivo do não recebimento das mesmas por alguns agricultores.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Fim da pauta da Ordem do Dia.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, eu havia solicitado um espaço nesta sessão para a fala de um representante de um grupo de salva-vidas, mas infelizmente ele adoeceu e faremos a remarcação para outro dia, porque se trata de uma pauta importante para a segurança dos turistas e dos catarinenses durante o verão no litoral de Santa Catarina. Trarão esse debate em outro momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Pediria que v.exa. fizesse a remarcação porque é um assunto muito importante. São os representantes da Associação de Salvamento Aquático de Santa Catarina, que virão aqui para se manifestar sobre as condições de trabalho dos guarda-vidas neste estado.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Não havendo oradores inscritos em Explicação Pessoal, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para hoje, às 19h, em Lages, em homenagem ao Correio Lageano.

Está encerrada a presente sessão.